



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001474-35.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Pensão por Morte (Art. 74/9)**
 Requerente: **Gustavo Orlando Mortati Barbosa e outro**
 Requerido: **Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP-INSTITUTO DE PREV.DO ESTADO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

GUSTAVO ORLANDO MORTATI BARBOSA e CAIO ORLANDO MORTATI, representados por sua genitora, Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa, movem Ação de Conhecimento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pelo rito ordinário, contra **IPESP** – Instituto de Pagamento Especiais – Carteiras Autônomas e **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que são netos de ex servidora aposentada, estavam sob sua guarda e foram instituídos por ela como beneficiários de pensão mensal a ser paga após seu falecimento, ocorrido em 31.05.2013, consoante declaração de vontade emitida e direcionada ao IPESP. Aduzem que requereram administrativamente o recebimento da pensão por morte, apresentando o termo de guarda, declaração de imposto de renda e a declaração de vontade da vontade da avó, mas o pedido foi indeferido pelo requerido, sob o argumento de não encontrava respaldo na legislação previdenciária de regência.

Pela decisão de fls. 36/37, foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela, contra a qual foi interposto Agravo de Instrumento (fls. 45/46), que está pendente de julgamento.

Os requeridos apresentaram contestação (fls. 81/93), alegando, preliminarmente, ilegitimidade de parte da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e, quanto ao mérito, afirmam não haver o direito reclamado.

Réplica às fls. 120.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 330, I do Código de Processo Civil, uma vez que as questões controvertidas são exclusivamente de direito, não havendo necessidade de dilação probatória.

A preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida pela Fazenda do Estado não merece acolhimento, posto que atua o Estado como responsável solidário e subsidiário em relação ao IPESP, devendo ser mantido no polo passivo da lide.

No mérito, o pedido é procedente.

Pois bem. Não obstante a ausência do neto sob guarda no rol do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.393/70 como beneficiário da pensão, na condição de dependente da segurada ou participante, é assente o entendimento de que é possível a inclusão dos infantes como dependentes previdenciários de sua falecida avó junto ao instituto requerido.

Isso porque a proteção da criança e do adolescente é dever da família, da sociedade e do Estado (CF - art. 227), e compreende, entre outros, “a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas” (mesmo artigo, parágrafo 3º, II).

Para dar efetividade à norma constitucional veio o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90 - a dispor: “toda a criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta (...)”.

Tratando da colocação da criança ou do adolescente em família substituta, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê três modalidades possíveis - guarda, tutela e adoção (artigo 28), com o propósito de livrá-los do abandono, colocando-os a salvo da violência, da crueldade e da exploração.

A guarda confere à criança e ao adolescente a condição de dependente para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários, como reforça o artigo 33, parágrafo 3º do Estatuto.

No caso em apreço, verifica-se que os autores Gustavo e Caio, nascidos em 20/02/2001 e 25/01/1999, respectivamente, estavam sob a guarda e responsabilidade de sua avó materna, senhora Julia Eveline Mortati, desde 2001, conforme se observa da r. sentença juntada às fls. 29, até o falecimento da ex-servidora, ocorrido em 31/05/2013 (certidão de óbito - fls.25).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90) assim dispõe:

Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. [...]

§ 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

Ademais, o conjunto probatório inserto aos autos, demonstra a efetiva dependência econômica dos infantes, posto terem sido formalmente declarados, pela sua avó, aposentada e vinculada à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas, como seus dependentes perante o IPESP – Instituto de Pagamentos Especiais – Carteiras Autônomas, bem como constarem de sua declaração de Imposto de Renda como seus dependentes (fls. 94/112 e demonstrativos de pagamentos de fls. 27/28).

Assim, não há dúvida de que, nos termos da legislação supramencionada, os autores ostentam a condição de dependentes da falecida segurada, para todos os efeitos, incluindo-se os de natureza previdenciária.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça:

“APELAÇÃO CÍVEL. Pensão por morte. Avô materno. Prova inequívoca de dependência econômica. Criança que estava sob a guarda judicial definitiva do avô. Intelicção do artigo 224, da CF e do artigo 33, § 3º, do ECA. Irrelevância da circunstância da legislação local prever o benefício apenas para menores tutelados e enteados. Prevalência do sistema normativo que concede proteção integral àqueles considerados legalmente vulneráveis. Sentença reformada. Recurso provido, para conceder a segurança.” (TJSP Apel. nº 0001884-02.2010.8.26.0071 - Rel. Des. Oswaldo Luiz Palu. Julg. 14/12/2011).

"Apelação Cível - Previdenciário - Pensão - Neto - Pretensão ao reconhecimento do direito a pensão por morte de avó, ex-contribuinte de autarquia estadual - Declaração de vontade instituindo o Autor como beneficiário - Existência de prova de dependência econômica, requisito imprescindível para a concessão da pensão por morte - Sentença reformada. recurso provido". (TJSP Apel. Nº0012206.41.2012.8.26.0482 – Rel. Des. Marrey Uint. Julg. 1/07/2014).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

"PREVIDENCIÁRIO - Pensão - Bisneta instituída como beneficiária da pensão por ex contribuinte. Possibilidade - Requisitos preenchidos, inclusive declaração de próprio punho - Comprovação da dependência econômica - Ação julgada procedente - Sentença mantida - Recurso desprovido (AP 994.09.254470-0, Rei. José Habice, j . em 26/07/2010)";

Assim, a procedência do pedido é medida de rigor.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido e condeno os réus: a) implementar, em favor dos autores, o benefício da pensão por morte da segurada Julia Eveline Mortati; b) pagar as parcelas vencidas desde o óbito em 31.05.2013 até a data da efetiva implementação do benefício, nos termos do item “a”, com atualização monetária pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública, desde cada vencimento, e juros moratórios na forma da Lei nº 11.960/09, desde a citação; c) nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários advocatícios, por equidade, em R\$ 1.000,00.

Ante os elementos de verossimilhança reunidos na demanda, e o caráter alimentar do benefício ora reconhecido, adicionado à incapacidade dos autor, ora lhes confiro tutela antecipada, para que, em até sessenta dias, contados da intimação desta, os réus passem a lhes pagar o benefício ora reconhecido, sob pena de arcar com multa diária da ordem de R\$ 100,00 (cem reais).

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**